

Para especialistas, recursos podem ajudar a impulsionar taxa de investimento do país

A redução dos juros ao menor patamar da história impõe uma mudança bilionária aos investimentos dos fundos de pensão brasileiros. Os títulos públicos, que respondem por mais de 70% das carteiras, já não rendem o suficiente para pagar os benefícios no longo prazo. Com novas reduções à vista na Selic — esta semana, pode cair a 6,5% —, a tarefa ficará ainda mais difícil, obrigando mais investimentos em ativos de maior risco como ações, dívida corporativa e aplicações no exterior.

Segundo estimativa da consultoria Aditus com base em 250 planos, o volume investido em segmentos mais arrojados crescerá R\$ 66,5 bilhões até 2022. Considerando os maiores fundos estatais, que não entram nessa conta e concentram grande parte dos recursos da indústria, o volume será ainda maior. O ajuste ocorre no momento em que o país precisa erguer a taxa de investimento do menor patamar histórico e em que os fundos tentam resgatar sua credibilidade — prejudicada, justamente, por apostas mais ousadas do passado recente.

O fim do vício dos fundos de pensão em títulos do Tesouro abre oportunidade para que esses recursos cheguem à economia real, na opinião de Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria. Segundo ele, o investimento em infraestrutura no Brasil precisa subir de 1,37% do PIB, menor proporção em 50 anos, para ao menos 4,15% ao longo de duas décadas. A carência é grande, equivalente a 3% do PIB ao ano, mas possível para os fundos de pensão, que representam 12,5% da economia e têm espaço para crescer: na média dos 22 maiores mercados, as fundações representam, 67% do PIB, segundo levantamento da Willis Tower Watson.

— A redução do juros é uma pequena revolução. Mas ela precisa ser sustentável e não resolve tudo sozinha. Precisa-se de bons projetos. O governo tem que melhorar o grau de segurança jurídica, elevando a especialização do Judiciário — disse o especialista, citando ainda a necessidade de maior previsibilidade regulatória — Há um projeto na Câmara de suma importância, que quer aumentar a independência de 11 agências reguladoras. Ele precisa ser aprovado.

[Leia aqui a matéria na íntegra.](#)

Fonte: [Época Negócios](#), em 19.03.2018.